

34. O crime de *abandono de função*, figura típica do art. 323 do Código Penal, torna-se qualificado – e consequentemente tem penas mais elevadas – se

- I. do fato resulta prejuízo público;
- II. o fato ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira;
- III. o agente realiza a conduta de forma premeditada.

Está correto o contido em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

35. O crime de *falso testemunho*, do art. 342 do Código Penal,

- (A) pode ser praticado no âmbito de inquérito policial; somente pode ser praticado por conduta positiva.
- (B) pode ser praticado no âmbito de processo administrativo; somente pode ser praticado por conduta negativa.
- (C) somente pode ser praticado no âmbito de processo judicial; pode ser praticado tanto por conduta positiva como por conduta negativa.
- (D) somente pode ser praticado no âmbito de processo judicial; somente pode ser praticado por conduta negativa.
- (E) pode ser praticado no âmbito de juízo arbitral; pode ser praticado tanto por conduta positiva como por conduta negativa.

36. Analise as seguintes afirmações com relação aos crimes de exercício arbitrário das próprias razões (CP, art. 345) e fraude processual (CP, art. 347):

- I. ambos estão inseridos no capítulo dos Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral;
- II. no primeiro deles, caso não haja emprego de violência, somente se procede mediante queixa;
- III. no segundo deles, as penas são aplicadas em dobro se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

37. Normatiza o art. 274 do Código de Processo Penal: *as prescrições sobre suspeição dos juizes estendem-se aos serventuários e funcionários da justiça, no que lhes for aplicável*. Nos exatos termos do art. 254 do mesmo Código de Processo Penal, o juiz é considerado suspeito se

- I. for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes;
- II. tiver aconselhado qualquer das partes;
- III. tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

38. Considere as seguintes situações com relação à citação: réu militar; réu que não é encontrado; réu que se oculta para não ser citado.

Assinale a alternativa que traz, correta e respectivamente, as modalidades de citação que estão adequadas às três situações mencionadas, nos termos dos arts. 351 a 369 do Código de Processo Penal.

- (A) Por correio; por hora certa; por edital.
- (B) Por carta de ordem; por edital; por rogatória.
- (C) Pessoal, por mandado; por hora certa; por hora certa.
- (D) Por intermédio do chefe de serviço; por edital; por hora certa.
- (E) Por intermédio do chefe de serviço; por hora certa; por correio.

39. Assinale a alternativa correta com relação à regra instituída pelo Código de Processo Penal no que concerne aos procedimentos comuns.

- (A) O *sumaríssimo* é adotado para os réus maiores de 70 (setenta) anos.
- (B) O *sumário* é adotado para as infrações penais de menor potencial ofensivo.
- (C) O *sumário* é adotado quando o réu estiver preso, ou quando estiver presente outro motivo que justifique o desenvolvimento célere dos atos processuais.
- (D) O *sumaríssimo* é adotado quando o crime objeto da ação penal tiver sanção máxima cominada igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- (E) O *ordinário* é adotado quando o crime objeto da ação penal tiver sanção máxima cominada igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

40. Nos estritos termos do art. 395 do Código de Processo Penal, a denúncia ou queixa será rejeitada quando
- (A) o agente for inimputável.
 - (B) faltar justa causa para o exercício da ação penal.
 - (C) existir manifesta causa excludente de ilicitude do fato.
 - (D) ficar patente a incompetência do juízo a que fora oferecida.
 - (E) existir manifesta causa excludente da culpabilidade do agente.
41. Assinale a alternativa em que consta aspecto que diferencia o procedimento comum ordinário do procedimento comum sumário.
- (A) A ordem de inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e defesa.
 - (B) O período de tempo que é concedido para acusação e defesa falarem em alegações finais orais.
 - (C) O número máximo de testemunhas a serem ouvidas a requerimento da acusação e da defesa.
 - (D) A possibilidade de oitiva do perito, unicamente prevista para o procedimento comum ordinário.
 - (E) A possibilidade de absolvição sumária, unicamente prevista para o procedimento comum sumário.
42. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, nos termos do art. 61 da Lei n.º 9.099/95,
- (A) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
 - (B) aquelas assim descritas a critério do órgão do Ministério Público, titular da ação penal pública.
 - (C) aquelas que estejam sujeitas à aplicação do instituto da suspensão condicional do processo.
 - (D) aquelas cujo prejuízo material não for superior a 20 (vinte) salários mínimos.
 - (E) as punidas exclusivamente com multa ou prisão simples.

43. Sobre a forma dos atos processuais, aponte a alternativa correta.

- (A) Os atos praticados em processo em que foi decretado o segredo de justiça não podem ser produzidos em forma eletrônica.
- (B) A desistência da ação produz efeito desde que publicada pela imprensa oficial, para conhecimento de terceiros.
- (C) Despacho é todo ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente.
- (D) A assinatura dos juízes, em todos os graus de jurisdição, pode ser feita eletronicamente, na forma da lei.
- (E) É vedada a utilização de método eletrônico para gravação de voz ou imagem durante a realização de audiências.

44. Leia as assertivas a seguir.

- I. O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, interrompendo-se nos feriados.
- II. A superveniência de férias suspenderá o curso do prazo; o que lhe sobejar recomençará a correr do primeiro dia útil seguinte ao termo das férias.
- III. Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório; mesmo se requerido após o vencimento do prazo, e se fundar em motivo legítimo.
- IV. Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa.
- V. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, III e V.
- (E) II, III e IV.

45. Reputa-se que a citação é válida quando feita
- (A) aos doentes em estado grave, a fim de evitar o perecimento do direito.
 - (B) na pessoa do médico, nomeado pelo juiz da causa, no caso de demente impossibilitado de recebê-la.
 - (C) na pessoa do mandatário, em caso de réu ausente, a fim de não haver perecimento do direito.
 - (D) pelo correio, nos processos de execução e quando o réu residir em local servido pelo serviço domiciliar de correspondência.
 - (E) por edital, quando requerida pelo autor, nos casos em que o réu residir em local sem serviço domiciliar de correspondência.

46. Assinale a alternativa correta.

- (A) No procedimento ordinário, o réu, ao contestar, apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará quesitos, podendo indicar assistente técnico.
- (B) No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.
- (C) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos por lei, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de cinco dias.
- (D) Ao réu, ao contestar, cabe manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial, presumindo-se verdadeiros os fatos não impugnados, ainda que apresentados pelo órgão do Ministério Público.
- (E) A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas, e, assim como a exceção, serão processadas em apenso aos autos principais.

47. Quanto à prova testemunhal, aponte a alternativa correta.

- (A) A prova testemunhal é sempre admissível, não podendo ser indeferida, ainda que haja documento que prove os fatos, sob pena de cerceamento de defesa.
- (B) É vedado à parte inocente provar com testemunhas, nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada.
- (C) Estão impedidos de depor como testemunha o que é parte na causa, bem como seu cônjuge.
- (D) Está impedido de depor o condenado por crime de falso testemunho, havendo transitado em julgado a sentença.
- (E) As testemunhas devem depor pessoalmente em juízo, em audiência de instrução, não se admitindo outra forma de oitiva, sob pena de nulidade.

48. Quanto aos atos processuais praticados perante o Juizado Especial, leia as seguintes assertivas.

- I. Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
- II. Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
- III. A prática de atos processuais em outras comarcas deverá ser solicitada por meio de oficial de justiça.
- IV. As peças do processo, documentos e transcrição magnética que o instruem devem ser conservadas em arquivo próprio do Tribunal de Justiça.
- V. Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados, atendidos os critérios previstos na Lei n.º 9.099/95.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e III.
- (B) III e V.
- (C) IV e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e V.

DIREITO CONSTITUCIONAL

49. Assinale a alternativa que está em consonância com o texto da Constituição Federal Brasileira.

- (A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.
- (B) É inviolável o sigilo da correspondência, salvo por ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (C) É assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado, em qualquer hipótese, o sigilo da fonte.
- (D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtida, previamente, a devida autorização do órgão competente.
- (E) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

50. A Constituição Federal Brasileira

- (A) veda a proteção legal aos locais de cultos religiosos.
- (B) impede que haja prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (C) não contempla em seu texto a possibilidade de certos crimes serem tidos como inafiançáveis.
- (D) não permite a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- (E) veda a imposição legal da pena de interdição de direitos.

51. Na hipótese de ocorrência de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, nos termos do que dispõe, expressamente, a Constituição, o cidadão poderá ajuizar

- (A) ação popular.
- (B) *habeas corpus*.
- (C) ação civil pública.
- (D) mandado de injunção.
- (E) ação de improbidade administrativa.

52. É um direito constitucional do trabalhador doméstico:

- (A) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- (B) fundo de garantia do tempo de serviço.
- (C) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- (D) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
- (E) licença-paternidade, nos termos fixados em lei.

53. Conforme a Constituição Federal, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- (A) Senador da República.
- (B) Deputado Federal.
- (C) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Governador de Estado.
- (E) Juiz Federal.

54. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas

- (A) aos cargos técnicos e de professor.
- (B) às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (C) aos cargos técnicos e de assessoramento.
- (D) aos cargos das áreas de saúde e da educação.
- (E) os cargos do Poder Judiciário.

55. O servidor público abrangido pelo regime próprio de previdência social poderá aposentar-se, voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

- (A) sessenta e cinco anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.
- (B) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.
- (C) setenta anos de idade e trinta de contribuição, se homem, e sessenta anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.
- (D) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.
- (E) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e sessenta anos de idade e vinte e cinco de contribuição, se mulher.

DIREITO ADMINISTRATIVO

56. Nos termos da Lei n.º 10.261/68, é correto afirmar que

- (A) é assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, desde que recolhida a respectiva taxa, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para defesa de direitos.
- (B) é dever do agente público recusar-se a protocolar ou encaminhar petições que contenham pedidos manifestamente ilegais.
- (C) é dever do funcionário proceder na vida pública e privada na forma que dignifique a função pública.
- (D) ao funcionário é proibido empregar material particular no serviço público.
- (E) ao funcionário é proibido tratar com urbanidade os companheiros de serviço e as partes.

57. Nos casos de indenização à Fazenda Estadual, o funcionário será obrigado a repor a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais. Nessas hipóteses, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo dispõe que a reposição do valor devido

- (A) deve ser feita de uma só vez.
- (B) pode ser feita em até cinco vezes.
- (C) poderá ser descontada do vencimento ou remuneração, não excedendo o desconto à décima parte do valor destes.
- (D) poderá ser parcelada em até dez vezes.
- (E) deve ser recolhida no prazo de até trinta dias, contados da decisão final do processo administrativo que apurou o valor da dívida.

58. A responsabilidade administrativa do funcionário público
- (A) exime a sua responsabilidade civil.
 - (B) exime a sua responsabilidade criminal.
 - (C) exime o pagamento de indenização por parte do funcionário.
 - (D) depende da responsabilidade criminal.
 - (E) é independente da civil e da criminal.
59. Sobre a pena de suspensão prevista na Lei n.º 10.261/68, é correto afirmar que
- (A) não excederá noventa dias.
 - (B) não acarretará a perda dos direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo do funcionário suspenso.
 - (C) não admite a sua conversão em multa.
 - (D) será aplicada no caso de ineficiência no serviço.
 - (E) será aplicada ao funcionário que revelar segredos de que tenha conhecimento em razão do cargo, desde que o faça dolosamente e com prejuízo para o Estado ou particulares.
60. Conforme dispõe a Lei n.º 10.261/68, quando a infração não estiver suficientemente caracterizada ou definida a autoria, a autoridade competente realizará
- (A) processo administrativo, que deverá ser concluído no prazo de trinta dias.
 - (B) sindicância administrativa, que deve ser concluída no prazo de sessenta dias.
 - (C) sindicância administrativa, que deverá ser concluída no prazo de noventa dias.
 - (D) apuração preliminar, que deverá ser concluída no prazo de trinta dias.
 - (E) apuração preliminar, que deverá ser concluída no prazo de noventa dias.
61. Qual órgão ou autoridade é competente para realizar os procedimentos disciplinares punitivos previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo?
- (A) O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
 - (B) O Juiz de Primeira Instância da Comarca do funcionário.
 - (C) A Secretaria da Justiça e da Cidadania.
 - (D) A Procuradoria Geral do Estado.
 - (E) O Ministério Público.

62. Nos termos da Lei n.º 8.429/92, pode-se afirmar que
- (A) quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao juiz, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
 - (B) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não ficará sujeito às cominações da lei.
 - (C) a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Serviço de Pessoal competente.
 - (D) a representação à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade é de competência exclusiva do Ministério Público.
 - (E) não constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

63. Com base nas Normas da Corregedoria Geral da Justiça, assinale a alternativa correta.
- (A) O livro Ponto deverá ser assinado diariamente por todos os servidores, excetuando-se os escreventes-chefes, o escrivão-diretor e o oficial maior do Cartório, consignando-se horários de entrada e saída.
 - (B) Nos Ofícios de Justiça não informatizados ou que, apesar de informatizados, não estejam integrados ao sistema informatizado oficial, será elaborado um FICHÁRIO POR NOME DO RÉU, exceto nos ofícios de justiça criminais, do JECRIM, do júri e das execuções criminais.
 - (C) No livro Registro Geral de Feitos serão registrados todos os feitos distribuídos ao ofício de justiça, exceto as execuções fiscais e os inquéritos judiciais falimentares que serão registrados em livros especiais.
 - (D) É expressamente vedada a organização do Registro Geral de Feitos em folhas soltas.
 - (E) Nos cartórios integrados ao sistema informatizado oficial será obrigatória a impressão do livro de Registro Geral de Feitos.

64. Na hipótese de o oficial de justiça pretender entrar em férias, aplica-se a seguinte regra:
- (A) não serão feitas cargas aos oficiais de justiça nos 15 (quinze) dias antecedentes às suas férias marcadas na escala.
 - (B) o oficial deverá devolver todos os mandados recebidos desde os trinta dias anteriores à data do seu início de férias, para que estes sejam redistribuídos.
 - (C) deverá cumprir todos os mandados recebidos por carga até dez dias antes do início de suas férias.
 - (D) deverá cumprir todos os mandados recebidos até o último dia do exercício, devendo, na hipótese de não conseguir dar cumprimento, devolver os que sobraram para redistribuição.
 - (E) somente poderá entrar em férias se tiver no máximo dez mandados sem cumprimento, obrigando-se a dar prioridade no seu cumprimento quando do retorno de suas férias.
65. Assinale a alternativa correta, considerando o disposto nas Normas da Corregedoria Geral da Justiça.
- (A) São vedadas as anotações de "sem efeito" nos autos.
 - (B) As certidões em breve relatório ou de inteiro teor serão expedidas no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento em cartório do respectivo pedido.
 - (C) Dentre as obrigações dos senhores diretores dos cartórios judiciais está a de abrir semanalmente os seus e-mails institucionais.
 - (D) Certidões, alvarás, termos, precatórias, editais e outros atos de sua atribuição serão subscritos pelos escreventes-chefes, logo depois de lavrados.
 - (E) Fica vedada a utilização de chancela e de qualquer recurso que propicie a reprodução mecânica da assinatura do juiz.
66. Excetuados os casos especiais, decididos pelo juiz, os autos de processos não poderão, via de regra, exceder, em cada volume,
- (A) 100 folhas.
 - (B) 120 folhas.
 - (C) 150 folhas.
 - (D) 200 folhas.
 - (E) 250 folhas.
67. Os escrivães-diretores enviarão os autos ao juiz no dia em que for assinado o termo de conclusão. Se, nesse caso, o juiz se recusar a assinar,
- (A) o escrivão-diretor encaminhará os autos ao Ministério Público.
 - (B) ficará isto consignado no assentamento da carga.
 - (C) os autos devem retornar imediatamente ao Cartório, devendo ir à conclusão somente no dia determinado pelo juiz.
 - (D) o escrivão-diretor deverá riscar o termo de conclusão e dar novo andamento ao processo.
 - (E) devem os autos permanecer em cartório até que o processo seja movimentado pelas partes.
68. Assinale a alternativa correta.
- (A) Não se deverá juntar nenhum documento ou petição aos autos, sem que seja lavrada a respectiva certidão de intimação.
 - (B) Não poderão ser recebidas petições via fac-símile diretamente no Ofício Judicial ou na Vara.
 - (C) Deverá ser feita conclusão dos autos no prazo de 5 (cinco) dias, e executados os atos processuais no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
 - (D) Nenhum processo deverá ficar sem andamento por mais de 20 (vinte) dias, no aguardo de diligências (informações, respostas a ofícios ou requisições, providências das partes etc.).
 - (E) Os documentos desentranhados dos autos poderão ser substituídos por cópias simples.

CONHECIMENTOS GERAIS

ATUALIDADES

69. A aprovação do Projeto de Lei Ficha Limpa, no Senado, ocorrida no dia 19 de maio de 2010, foi considerada um avanço na política brasileira, no sentido de criar mecanismos para combater a corrupção no país.

(<http://educacao.uol.com.br/atualidades>, 28.05.2010)

Sobre essa Lei, pode-se afirmar que

- I. foi um projeto de lei apresentado pela iniciativa popular, contendo assinaturas de mais de 1 milhão de brasileiros;
 - II. impede a candidatura de políticos suspeitos de terem praticado crimes de corrupção;
 - III. entrará em vigor somente a partir das eleições de 2012.
- Está correto o contido apenas em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

70. O Congresso dos Estados Unidos aprovou [em 24.06.2010] sanções ainda mais duras contra o Irã (...). A legislação pune empresas estrangeiras que contribuam com a indústria de energia iraniana e também bancos que façam negócios com a Guarda Revolucionária Iraniana – o braço militar do regime (...).

(Folha de S.Paulo, 25.06.2010)

As sanções citadas pela notícia têm como objetivo

- (A) enfraquecer a política econômica dos EUA no Oriente Médio.
 - (B) fortalecer a liderança do Irã junto aos países árabes.
 - (C) pressionar o Irã a suspender seu programa nuclear.
 - (D) forçar a retirada dos exércitos norte-americanos do Iraque.
 - (E) impedir a formação de aliança militar entre Irã e Rússia.
71. O parlamento aprovou [em 06.05.2010] o plano do governo para reduzir o déficit fiscal (diferença entre arrecadação e gastos) do país, atualmente em 13,6% do Produto Interno Bruto (PIB). (...) Outra face do problema é a reação da população (...), que foi às ruas contra o plano aprovado pelo parlamento. Como condição para receber ajuda da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo teve que propor medidas para cortar seus gastos (...). Os planos incluem o congelamento de salários de funcionários públicos, redução de pensões e aumento de impostos (...).

(<http://g1.globo.com>, 07.05.2010)

A notícia refere-se a um país que atravessa uma grave crise econômica. Trata-se

- (A) da Alemanha.
- (B) da Grécia.
- (C) da França.
- (D) da Holanda.
- (E) de Portugal.

72. Os quatro principais países emergentes do mundo – o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) – cancelaram [em 26.06.2010] um encontro do grupo durante a reunião do G20, no Canadá, (...). O grupo representa 16,5% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial e tem buscado influência nas instituições financeiras globais.

(<http://noticias.r7.com/economia/noticias>, 27.06.2010)

Dentre as características comuns existentes entre os países que compõem o BRIC, está correto afirmar que

- (A) suas economias estão estagnadas, desde 2008, em razão da grande crise econômica vivida pelos Estados Unidos.
- (B) são grandes potências militares que se alinham contra a OTAN na corrida armamentista pós-Guerra Fria.
- (C) não fazem parte do G-20, motivo pelo qual formaram um bloco paralelo para defender seus interesses econômicos.
- (D) passaram a fazer parte do Conselho Permanente de Segurança da ONU, a partir de fevereiro de 2010.
- (E) se destacaram no cenário mundial pelo rápido crescimento das suas economias em desenvolvimento.

MATEMÁTICA

73. Em um concurso para escrevente, 40% dos candidatos inscritos foram eliminados na prova de Língua Portuguesa, e a prova de Conhecimentos em Direito eliminou 40% dos candidatos restantes. Essas duas provas eliminaram, do total de candidatos inscritos,

- (A) 84%.
- (B) 80%.
- (C) 64%.
- (D) 46%.
- (E) 36%.

74. Considere dois níveis salariais apontados em uma pesquisa de mercado para um mesmo cargo, o mínimo (piso) e o máximo (teto). Sabe-se que o dobro do menor somado a $\frac{1}{5}$ do maior é igual a R\$ 3.700,00. Se a diferença entre o nível máximo e o nível mínimo é igual a R\$ 3.100,00, então o teto salarial para esse cargo é de

- (A) R\$ 4.800,00.
- (B) R\$ 4.500,00.
- (C) R\$ 3.800,00.
- (D) R\$ 3.600,00.
- (E) R\$ 3.400,00.

75. Uma barra de madeira maciça, com a forma de um paralelepípedo reto retângulo, tem as seguintes dimensões: 48 cm, 18 cm e 12 cm. Para produzir calços para uma estrutura, essa barra deve ser cortada pelo carpinteiro em cubos idênticos, na menor quantidade possível, sem que reste qualquer pedaço da barra. Desse modo, o número de cubos cortados será igual a

- (A) 54.
- (B) 52.
- (C) 50.
- (D) 48.
- (E) 46.

76. As 360 páginas de um processo estão acondicionadas nas pastas A e B, na razão de 2 para 3, nessa ordem. O número de páginas que devem ser retiradas da pasta B e colocadas na pasta A, para que ambas fiquem com o mesmo número de páginas, representa, do total de páginas desse processo,

- (A) 1/4.
- (B) 1/5.
- (C) 1/6.
- (D) 1/8.
- (E) 1/10.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

77. No programa Microsoft Word XP, em sua configuração padrão, para visualizar na tela do computador o texto exatamente como ele será impresso, um usuário deverá utilizar o modo de exibição

- (A) Estrutura de tópicos.
- (B) Estrutura do documento.
- (C) Layout da Web.
- (D) Layout de impressão.
- (E) Normal.

78. Assinale a alternativa que apresenta o valor numérico obtido na célula B4 da planilha mostrada na figura a seguir, que está sendo elaborada com o auxílio do programa Microsoft Excel XP, em sua configuração padrão, sabendo que a expressão matemática =SE(B2>A3;MAIOR(B1:B3;1);MENOR(A1:A3;2)) foi digitada nessa célula.

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 5.
- (D) 7.
- (E) 11.

	A	B
1	2	3
2	5	7
3	11	13
4		

79. Assinale a alternativa cujas palavras completam, correta e respectivamente, a afirmação a seguir.

Para apagar, de forma intercalada, vários arquivos de uma pasta cujo conteúdo está sendo visualizado com o Windows Explorer, que integra o Microsoft Windows XP, em sua configuração padrão, um usuário deverá acionar a tecla _____, selecionar os arquivos com o mouse e acionar a tecla _____.

- (A) Ctrl ... Delete
- (B) Ctrl ... Escape
- (C) End ... PageUp
- (D) Shift ... Delete
- (E) Shift ... Home

80. Assinale a alternativa que contém a correta afirmação sobre os serviços e recursos disponíveis aos usuários da Internet.

- (A) A *World Wide Web* é o nome do serviço que primeiro permitiu aos internautas trocar mensagens eletrônicas.
- (B) O termo *download* refere-se às ferramentas de busca que são úteis para a pesquisa de informações na rede.
- (C) *Site* é a localidade da Internet onde os *spammers* armazenam as mensagens indesejáveis a serem postadas.
- (D) URL é a linguagem de marcação utilizada para produzir páginas Web que podem ser interpretadas por *browsers*.
- (E) Um *hyperlink* permite a um internauta migrar para outra página ou para outra posição no mesmo documento.